



Reta Final

DPE/PB

Técnico sem
especialidade

Revisão Semanal

Semana 01



Grupo Educacional RDP


CURSO
RDP



REVISÃO SEMANAL: SEMANA 01

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. De acordo com a Constituição Federal, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita
 - A) aos que comprovarem insuficiência de recursos.
 - B) a todas as pessoas, independentemente da renda.
 - C) apenas aos réus em processos criminais.
 - D) somente às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.
 - E) apenas aos servidores públicos.

2. A gratuidade de justiça, também chamada de justiça gratuita, consiste
 - A) na representação do necessitado por Defensor Público dentro do processo.
 - B) na orientação jurídica fora do processo, como em uma consulta.
 - C) na isenção de custas e despesas processuais para quem não tem recursos, concedida pelo juiz no processo.
 - D) no perdão de todas as dívidas da parte vencida.
 - E) no pagamento, pelo Estado, de indenização à parte pobre.

3. A assistência judiciária gratuita corresponde
 - A) à simples isenção de custas processuais.
 - B) à atuação dentro e fora do processo, inclusive em orientação e conciliação extrajudicial.
 - C) ao atendimento feito por advogado particular sem qualquer pagamento.
 - D) ao pagamento de honorários ao advogado da parte contrária.
 - E) à representação da pessoa hipossuficiente dentro do processo, feita pela Defensoria Pública.

4. Comparando gratuidade de justiça, assistência judiciária e assistência jurídica, é correto afirmar que a assistência jurídica gratuita
 - A) é a mais restrita das três, limitada à isenção de custas.
 - B) é a mais ampla das três, pois abrange a atuação dentro e fora do processo.
 - C) só existe dentro de um processo judicial.
 - D) é concedida pelo juiz, a pedido da parte.
 - E) é idêntica à assistência judiciária.

5. Maria procurou a Defensoria Pública apenas para ser orientada sobre seus direitos, e o caso foi resolvido por acordo, sem nenhum processo judicial. Essa atuação é exemplo de
 - A) gratuidade de justiça.
 - B) assistência judiciária, que é sempre extrajudicial.
 - C) modelo judicare.
 - D) assistência jurídica gratuita.
 - E) atuação pro bono de advogado particular.



6. Em relação às Constituições anteriores, que falavam em assistência judiciária, a Constituição Federal de 1988 inovou ao prever
- A) a extinção da Defensoria Pública.
 - B) a cobrança de custas de todos os cidadãos, sem exceção.
 - C) a assistência jurídica integral e gratuita.
 - D) a assistência somente em processos criminais.
 - E) que a assistência seria prestada apenas por advogados voluntários.
7. Segundo súmula do Superior Tribunal de Justiça, a pessoa jurídica
- A) com ou sem fins lucrativos pode receber a justiça gratuita, se demonstrar que não pode arcar com os encargos do processo.
 - B) nunca pode receber a justiça gratuita.
 - C) recebe a gratuidade automaticamente, sem demonstrar nada.
 - D) só pode receber a gratuidade se não tiver fins lucrativos.
 - E) só pode receber a gratuidade se estiver em falência.
8. Nos termos do Código de Processo Civil, a alegação de insuficiência de recursos presume-se verdadeira quando feita por
- A) pessoa jurídica com fins lucrativos.
 - B) qualquer pessoa jurídica.
 - C) empresa em recuperação judicial.
 - D) ninguém, pois a insuficiência sempre depende de prova documental.
 - E) pessoa natural.
9. Segundo o Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça compreende, entre outros itens,
- A) o valor da dívida discutida no processo.
 - B) as despesas com exame de DNA e os honorários do perito.
 - C) a pensão alimentícia devida pela parte.
 - D) os tributos sobre a renda da parte.
 - E) os aluguéis atrasados da parte beneficiária.
10. De acordo com o Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça
- A) só pode ser concedida de forma total, nunca parcial.
 - B) é concedida apenas no início do processo, não podendo ser pedida depois.
 - C) só vale para processos criminais.
 - D) pode ser concedida para alguns ou todos os atos do processo, ou reduzir parte das despesas.
 - E) impede que o beneficiário seja condenado ao pagamento de honorários.



11. Vencido o beneficiário da gratuidade, as obrigações decorrentes de sua sucumbência
- A) ficam com a cobrança suspensa e só podem ser executadas em 5 anos, se o credor provar que a situação de insuficiência deixou de existir.
 - B) são perdoadas imediatamente, sem qualquer condição.
 - C) devem ser pagas logo após a sentença.
 - D) são pagas pela Defensoria Pública.
 - E) podem ser cobradas a qualquer tempo, sem prazo.
12. Nos termos do Código de Processo Civil, contra a decisão que indefere o pedido de gratuidade de justiça cabe, em regra,
- A) mandado de segurança, sempre.
 - B) impugnação na contestação.
 - C) nenhum recurso.
 - D) recurso extraordinário direto ao STF.
 - E) agravo de instrumento.
13. Deferida a gratuidade de justiça a uma das partes, a parte contrária que discordar poderá
- A) interpor agravo de instrumento, único meio cabível.
 - B) pedir a prisão do beneficiário.
 - C) oferecer impugnação, por exemplo na contestação ou na réplica.
 - D) nada fazer, pois a decisão é definitiva.
 - E) exigir que a Defensoria pague as custas.
14. O modelo de assistência jurídica em que advogados particulares atuam sem receber qualquer pagamento, por caridade, é chamado de
- A) judicare.
 - B) pro bono.
 - C) salaried staff model.
 - D) híbrido.
 - E) assistência judiciária gratuita.
15. O modelo de prestação de assistência jurídica em que advogados particulares atuam e são remunerados pelo Estado, como os advogados dativos, é o
- A) pro bono.
 - B) salaried staff model.
 - C) híbrido.
 - D) judicare.
 - E) de autotutela.



16. O modelo de assistência jurídica adotado pela Constituição Federal de 1988 é o
- A) pro bono, com advogados voluntários.
 - B) judicare, com advogados dativos como regra.
 - C) híbrido, que reúne apenas os modelos pro bono e judicare.
 - D) privado, com cobrança de honorários do assistido.
 - E) salaried staff model, ou modelo público, com Defensores Públicos remunerados pelo Estado.
17. Segundo o Supremo Tribunal Federal, os honorários de sucumbência devidos à Defensoria Pública
- A) são devidos mesmo contra o ente público que ela integra e devem ser usados no aparelhamento da instituição.
 - B) nunca são devidos quando a Defensoria vence ente público.
 - C) devem ser divididos entre os Defensores que atuaram no caso.
 - D) pertencem ao assistido.
 - E) só são devidos em causas criminais.
18. Na obra Acesso à Justiça, de Cappelletti e Garth, a primeira onda renovatória está ligada
- A) à defesa dos direitos difusos, como meio ambiente e consumidor.
 - B) aos custos e à demora dos procedimentos judiciais.
 - C) à assistência jurídica aos pobres.
 - D) às novas tecnologias no acesso à justiça.
 - E) à proteção internacional dos direitos humanos.
19. A onda renovatória do acesso à justiça voltada à defesa em juízo dos direitos difusos e coletivos, como a proteção ambiental e do consumidor, é a
- A) primeira onda.
 - B) segunda onda.
 - C) terceira onda.
 - D) quinta onda.
 - E) sétima onda.
20. A terceira onda renovatória do acesso à justiça tem como foco
- A) a assistência jurídica aos necessitados.
 - B) a defesa dos direitos difusos.
 - C) a ética das profissões jurídicas.
 - D) os problemas dos procedimentos judiciais, de seus custos e de sua duração.
 - E) a desigualdade de gênero e raça.



21. De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é órgão
- A) da administração superior.
 - B) de execução.
 - C) auxiliar.
 - D) de atuação.
 - E) de controle externo.
22. Segundo a Lei Complementar nº 80/1994, são órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado
- A) os Defensores Públicos do Estado.
 - B) os Núcleos da Defensoria Pública.
 - C) a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria-Geral.
 - D) o Conselho Superior e a Subdefensoria.
 - E) as Defensorias Públicas do Estado.
23. Nos termos da Lei Complementar nº 80/1994, integra a administração superior da Defensoria Pública do Estado
- A) a Ouvidoria-Geral.
 - B) o Núcleo especializado.
 - C) a Escola da Defensoria Pública.
 - D) o Defensor Público titular de uma vara.
 - E) o Conselho Superior.
24. Conforme a Lei Complementar nº 80/1994, o Defensor Público-Geral do Estado é nomeado pelo Governador, dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 anos, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
 - B) 2 anos, permitida uma recondução.
 - C) 2 anos, vedada a recondução.
 - D) 3 anos, permitidas reconduções ilimitadas.
 - E) prazo indeterminado.
25. A lista tríplice para a escolha do Defensor Público-Geral do Estado é formada
- A) pelo Governador do Estado.
 - B) pela Assembleia Legislativa.
 - C) pela Ordem dos Advogados do Brasil.
 - D) pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório dos membros da carreira.
 - E) pelo Tribunal de Justiça.



26. Se o Governador não nomear o Defensor Público-Geral nos 15 dias seguintes ao recebimento da lista tríplice, segundo a Lei Complementar nº 80/1994,
- A) será investido automaticamente no cargo o Defensor Público mais votado.
 - B) o Conselho Superior escolherá livremente o novo chefe.
 - C) o Subdefensor assumirá de forma definitiva.
 - D) será feita nova eleição.
 - E) o Governador poderá nomear qualquer membro da carreira.
27. De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, o Subdefensor Público-Geral do Estado
- A) é nomeado pelo Governador do Estado.
 - B) é eleito pela sociedade civil.
 - C) substitui o Defensor Público-Geral em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, e é nomeado por ele dentre integrantes estáveis da carreira.
 - D) não pode existir em número maior que um.
 - E) integra os órgãos auxiliares.
28. Nos termos da Lei Complementar nº 80/1994, ao atuar em estabelecimentos prisionais e de internação, o Defensor Público Estadual
- A) depende de agendamento prévio para entrar no local.
 - B) só pode entrevistar o preso com autorização do juiz.
 - C) deve ter o acesso limitado às áreas administrativas.
 - D) pode ter o direito de entrevista negado por razões de segurança.
 - E) deve ter acesso a todas as dependências, independentemente de prévio agendamento.
29. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado deve ter como membros natos, segundo a Lei Complementar nº 80/1994,
- A) apenas o Defensor Público-Geral e o Defensor mais antigo.
 - B) o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral.
 - C) o Governador e o Procurador-Geral do Estado.
 - D) o presidente da OAB e o presidente da associação de classe.
 - E) somente membros eleitos pela carreira.
30. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é presidido pelo Defensor Público-Geral, que terá voto de qualidade,
- A) em todas as matérias, sem exceção.
 - B) apenas em matéria disciplinar.
 - C) somente em eleições internas.
 - D) exceto em matéria disciplinar.
 - E) apenas quando o Corregedor estiver ausente.



31. Segundo a Lei Complementar nº 80/1994, os membros eleitos do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado
- A) têm mandato de 2 anos, permitida uma reeleição.
 - B) têm mandato de 4 anos, vedada a reeleição.
 - C) são escolhidos pelo Governador.
 - D) podem ser qualquer Defensor, mesmo afastado da carreira.
 - E) devem ter mais de cinco anos de serviço na Instituição.
32. Nas reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, o presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Instituição tem
- A) direito a voz e voto.
 - B) direito apenas a voto.
 - C) assento e voz, sem direito a voto.
 - D) direito de presidir as sessões.
 - E) direito de veto sobre as decisões.
33. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é o órgão responsável
- A) pela escolha do Defensor Público-Geral.
 - B) pelo recebimento de sugestões da sociedade civil.
 - C) pela representação judicial da Defensoria.
 - D) pela elaboração do orçamento da Instituição.
 - E) pela fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e servidores da Instituição.
34. De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, o Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado é
- A) eleito diretamente pela sociedade civil.
 - B) indicado em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, dentre integrantes da classe mais elevada, e nomeado pelo Defensor Público-Geral.
 - C) nomeado pelo Governador, sem lista.
 - D) escolhido pela Assembleia Legislativa.
 - E) o Defensor mais antigo da carreira, sem mandato.
35. O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado pode ser destituído antes do término do mandato, conforme a Lei Complementar nº 80/1994,
- A) por decisão isolada do Governador.
 - B) por decisão da Ouvidoria-Geral.
 - C) por simples vontade do Defensor Público-Geral, sem ouvir ninguém.
 - D) por proposta do Defensor Público-Geral, com voto de dois terços do Conselho Superior.
 - E) em nenhuma hipótese.



36. Segundo a Lei Complementar nº 80/1994, o Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado é escolhido
- A) pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
 - B) pelo Governador, dentre Defensores Públicos estáveis.
 - C) pelos Defensores Públicos, em eleição direta.
 - D) pelo Defensor Público-Geral, livremente.
 - E) pela OAB, dentre advogados inscritos.
37. Quanto ao exercício do cargo de Ouvidor-Geral, a Lei Complementar nº 80/1994 estabelece que ele
- A) pode ser acumulado com outro cargo público.
 - B) não tem mandato fixo.
 - C) será exercido em regime de dedicação exclusiva.
 - D) dá direito a voto no Conselho Superior.
 - E) deve ser ocupado por Defensor Público.
38. Compete à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 80/1994,
- A) julgar processos disciplinares contra Defensores.
 - B) aplicar penalidades a servidores.
 - C) formar a lista tríplice para Defensor Público-Geral.
 - D) representar judicialmente a Defensoria.
 - E) receber representações contra membros e servidores e encaminhá-las ao Corregedor-Geral.
39. Segundo a Lei Complementar nº 80/1994, a Defensoria Pública do Estado poderá atuar por meio de núcleos, dando prioridade
- A) às capitais dos Estados.
 - B) às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.
 - C) aos municípios com maior arrecadação.
 - D) às comarcas onde já exista Defensor.
 - E) às regiões escolhidas pelo Governador.
40. O Defensor Público que, por excesso de trabalho ou falta de especialização na matéria, recusa o patrocínio de pessoa carente viola o princípio da
- A) publicidade.
 - B) territorialidade.
 - C) hierarquia.
 - D) indeclinabilidade das causas.
 - E) inércia.

**NOÇÕES DE CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSO, PCD, MULHER E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

1. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a expressão "menor", antes associada a crianças abandonadas ou infratoras,
 - A) passou a ser a expressão oficial da lei.
 - B) foi substituída pelas expressões criança e adolescente.
 - C) passou a ser usada apenas para adolescentes infratores.
 - D) foi mantida somente para crianças até 12 anos.
 - E) continuou sendo recomendada pela doutrina.
2. A evolução histórica do tratamento jurídico da criança e do adolescente costuma ser dividida, em ordem cronológica, nas fases
 - A) da absoluta indiferença, da mera imputação criminal, tutelar e da proteção integral.
 - B) da proteção integral, tutelar, da mera imputação criminal e da absoluta indiferença.
 - C) tutelar, da proteção integral, da absoluta indiferença e da mera imputação criminal.
 - D) da mera imputação criminal, da proteção integral, da absoluta indiferença e tutelar.
 - E) da absoluta indiferença, da proteção integral, tutelar e da mera imputação criminal.
3. Na doutrina da situação irregular, adotada pelo Código de Mello Mattos e pelo Código de Menores, a criança e o adolescente eram vistos como
 - A) sujeitos de direitos com prioridade absoluta.
 - B) titulares de direitos iguais aos dos adultos.
 - C) objeto de proteção, sujeitos ao amplo poder do Juiz de Menores.
 - D) responsáveis pela formulação das políticas públicas.
 - E) pessoas protegidas pelo Conselho Tutelar.
4. Uma característica central da doutrina da proteção integral é considerar a criança e o adolescente como
 - A) objetos de tutela do Estado.
 - B) pessoas sem capacidade de opinar sobre sua vida.
 - C) responsáveis apenas pelos próprios atos infracionais.
 - D) destinatários de medidas apenas quando em situação irregular.
 - E) sujeitos de direitos, em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
5. Pais deixam de vacinar o filho por convicção filosófica, embora a vacina esteja registrada no órgão de vigilância sanitária e incluída no Programa Nacional de Imunizações. Para o STF, essa recusa é
 - A) legítima, pois decorre da liberdade de consciência dos pais.
 - B) legítima, pois a vacinação depende sempre de concordância do poder familiar.
 - C) ilegítima, pois a vacinação obrigatória nesses casos é constitucional e não viola o poder familiar.
 - D) ilegítima apenas se a criança tiver mais de 12 anos.
 - E) válida até que o Congresso edite lei específica para cada vacina.





6. No Brasil, a doutrina da proteção integral foi consagrada
- A) pela Constituição Federal de 1988 e, depois, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - B) pelo Código de Mello Mattos.
 - C) pelo Código Criminal do Império.
 - D) pelo Código de Menores de 1979.
 - E) pelo Código Penal de 1890.
7. Nos termos do ECA, a colocação de adolescente em família substituta exige
- A) apenas a vontade dos pais biológicos.
 - B) somente a decisão do Conselho Tutelar.
 - C) parecer favorável da escola.
 - D) o seu consentimento, colhido em audiência.
 - E) autorização do Ministério Público, dispensada a oitiva do adolescente.
8. Com a doutrina da proteção integral, o atendimento à criança e ao adolescente passou a ser orientado pelo princípio da
- A) centralização de todas as políticas na União.
 - B) municipalização do atendimento, com a criação dos Conselhos Tutelares.
 - C) institucionalização como regra.
 - D) atuação exclusiva do Poder Judiciário.
 - E) retirada da criança da família pobre.
9. Na doutrina da proteção integral, a restrição da liberdade da criança e do adolescente
- A) é aplicada conforme o livre arbítrio do juiz.
 - B) é a principal resposta para crianças pobres.
 - C) ocorre em presídios comuns, junto com adultos.
 - D) é regra para qualquer ato infracional.
 - E) é excepcional e cumprida em local específico, separado do sistema prisional comum.
10. Segundo o ECA, o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente é
- A) apenas da família.
 - B) exclusivo do poder público.
 - C) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
 - D) somente do Conselho Tutelar.
 - E) apenas do Ministério Público.



11. De acordo com o ECA, a garantia de prioridade à criança e ao adolescente compreende, entre outras,
- A) a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - B) a dispensa de frequência escolar.
 - C) a isenção de todas as tarifas públicas.
 - D) o direito de votar a partir dos 12 anos.
 - E) a preferência apenas em serviços privados.
12. Conforme o ECA, a garantia de prioridade inclui, quanto aos recursos públicos,
- A) a proibição de gastos com crianças.
 - B) a destinação igual à de qualquer outra área.
 - C) o uso apenas de doações privadas.
 - D) a destinação somente após atendidas as obras públicas.
 - E) a destinação privilegiada nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
13. Nos termos do ECA, a ação ou omissão que ofenda direito fundamental de criança ou adolescente, incluídos os casos de abandono afetivo,
- A) não gera qualquer consequência jurídica.
 - B) é conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções.
 - C) só gera consequências se houver crime.
 - D) gera apenas advertência verbal aos pais.
 - E) é tratada como mero dever moral.
14. Segundo o ECA, na interpretação da lei devem ser levados em conta os fins sociais, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e
- A) a vontade exclusiva dos pais.
 - B) a situação financeira da família.
 - C) o interesse do Estado acima de tudo.
 - D) a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
 - E) a gravidade do ato praticado pelo adolescente.
15. De acordo com o ECA, a internação é medida privativa de liberdade sujeita aos princípios de
- A) perpetuidade e rigor.
 - B) celeridade e publicidade.
 - C) brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
 - D) reclusão e isolamento.
 - E) automaticidade e duração indeterminada sem reavaliação.



16. O princípio da vedação ao tratamento mais gravoso, previsto na Lei do Sinase, significa que o adolescente
- A) não pode receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
 - B) deve receber tratamento igual ao do adulto em tudo.
 - C) pode ser punido com mais rigor por ser jovem.
 - D) só tem direitos após completar 18 anos.
 - E) deve cumprir medida sempre em regime fechado.
17. O ECA passou a exigir que os pais prestem aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita-ção periódica. Integra essa assistência afetiva
- A) o pagamento de pensão alimentícia em valor mínimo fixado em lei.
 - B) a transferência da guarda ao genitor com maior renda.
 - C) a solidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade.
 - D) a presença física diária e obrigatória, independentemente de pedido do filho.
 - E) a escolha, pelos pais, da profissão que o filho deverá seguir.
18. Segundo o STF, a vaga em creche ou pré-escola para crianças de até 5 anos
- A) depende de lei do Congresso para ser exigida.
 - B) só pode ser pedida por ação coletiva.
 - C) é mera recomendação ao poder público.
 - D) pode ser exigida individualmente do poder público.
 - E) só é garantida a crianças de famílias com renda mínima.
19. O ECA assegura às crianças e aos adolescentes acesso a programas de saúde mental
- A) somente na rede privada.
 - B) apenas após os 16 anos.
 - C) somente com autorização judicial.
 - D) promovidos pelo Sistema Único de Saúde, para prevenção e tratamento.
 - E) apenas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
20. A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, prevista no ECA, tem como objetivo
- A) punir os pais de adolescentes que engravidem antes dos 18 anos.
 - B) disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para reduzir a gravidez na adolescência.
 - C) proibir a abordagem do tema nas escolas públicas.
 - D) transferir às organizações da sociedade civil toda a responsabilidade pelas ações de prevenção.
 - E) atender prioritariamente o público adulto.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL



1. As garantias fundamentais em sentido amplo, também chamadas de garantias institucionais,
 - A) correspondem apenas aos remédios constitucionais, como o habeas corpus e o mandado de segurança.
 - B) existem somente no plano internacional, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - C) reúnem meios de índole institucional e organizacional, como a Defensoria Pública e a liberdade de imprensa, que asseguram a efetividade dos direitos humanos.
 - D) são sinônimo de direitos fundamentais, pois não há distinção entre direitos e garantias.
 - E) abrangem apenas estruturas públicas, excluía qualquer instituição privada.

2. Quanto à incidência dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, a teoria da eficácia direta, adotada majoritariamente, sustenta que esses direitos
 - A) aplicam-se às relações privadas sem necessidade de intermediação do Poder Legislativo.
 - B) só alcançam os particulares depois que o legislador edita lei específica sobre o tema.
 - C) valem apenas na relação entre o particular e o Estado.
 - D) incidem de maneira apenas reflexa, por meio da ponderação feita pelo legislador.
 - E) não podem ser invocados em contratos, pois prevalece a autonomia da vontade.

3. A dimensão objetiva dos direitos fundamentais, também chamada de eficácia irradiante,
 - A) consiste apenas na possibilidade de o titular exigir uma prestação do Estado.
 - B) limita-se ao Poder Judiciário, que é o único obrigado a observar os direitos fundamentais.
 - C) refere-se ao direito de resistir à intervenção estatal na esfera de liberdade individual.
 - D) faz com que os direitos fundamentais se irradiem por todo o ordenamento jurídico, orientando a atuação dos três Poderes.
 - E) só se aplica aos direitos de terceira dimensão.

4. Os direitos fundamentais de segunda dimensão, ligados aos direitos sociais, têm como marco histórico inspirador
 - A) a Revolução Industrial, cujas péssimas condições de trabalho impulsionaram normas de proteção social.
 - B) a Magna Carta de 1215, que limitou o poder do monarca.
 - C) o avanço da engenharia genética e da bioética.
 - D) o processo de descolonização posterior à Segunda Guerra Mundial.
 - E) o reconhecimento do direito à água potável como bem essencial.

5. De acordo com a Constituição Federal, constitui fundamento da República Federativa do Brasil
 - A) a erradicação da pobreza.
 - B) a concessão de asilo político.
 - C) a garantia do desenvolvimento nacional.
 - D) a dignidade da pessoa humana.
 - E) a defesa da paz.



6. Nos termos da Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- A) a soberania.
- B) o pluralismo político.
- C) a independência nacional.
- D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- E) a cidadania.

7. Entre os princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, a Constituição Federal prevê expressamente

- A) a valorização do trabalho humano.
- B) a prevalência dos direitos humanos.
- C) a livre concorrência.
- D) a função social da propriedade.
- E) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

8. Quando está em jogo o mínimo existencial, o argumento da reserva do possível

- A) sempre impede o controle judicial de políticas públicas.
- B) não pode ser aplicado, sendo possível o controle judicial de políticas públicas.
- C) prevalece, pois o Judiciário não pode interferir em escolhas orçamentárias.
- D) só é afastado se houver lei autorizando expressamente a intervenção judicial.
- E) aplica-se apenas aos direitos de primeira dimensão.

9. Segundo a teoria das dimensões dos direitos fundamentais, os direitos de primeira dimensão

- A) correspondem aos direitos sociais, como saúde e educação.
- B) são direitos transindividuais, como o meio ambiente.
- C) decorrem da engenharia genética.
- D) referem-se ao direito à paz.
- E) são os direitos de liberdade, que funcionam como direitos de resistência perante o Estado.

10. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por ser transindividual, é classificado como direito fundamental de

- A) primeira dimensão.
- B) segunda dimensão.
- C) terceira dimensão.
- D) quarta dimensão, segundo Bobbio.
- E) sexta dimensão.





11. Na distinção entre direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que
- A) direitos e garantias são expressões sinônimas.
 - B) as garantias servem para assegurar os direitos, como o habeas corpus em relação ao direito à liberdade.
 - C) os direitos servem para assegurar as garantias.
 - D) o habeas corpus é um direito, e não uma garantia.
 - E) as garantias só existem no plano internacional.
12. A característica dos direitos fundamentais segundo a qual todos os seres humanos são seus titulares é a
- A) universalidade.
 - B) historicidade.
 - C) imprescritibilidade.
 - D) concorrência.
 - E) limitabilidade.
13. Quanto à característica da limitabilidade, é correto afirmar que os direitos fundamentais
- A) são absolutos e nunca podem ser restringidos.
 - B) podem ser renunciados livremente pelo titular.
 - C) podem ser vendidos, pois têm conteúdo patrimonial.
 - D) não são absolutos e podem ser relativizados diante de outros direitos.
 - E) desaparecem com o passar do tempo.
14. Por força de emenda constitucional, passou a constar expressamente do art. 5º da Constituição Federal o direito
- A) ao voto facultativo para todos os cidadãos.
 - B) à renda básica universal para estrangeiros.
 - C) à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da lei.
 - D) ao acesso gratuito à internet em todo o território nacional.
 - E) ao esquecimento, com remoção de qualquer notícia antiga.
15. Na teoria dos quatro status de Jellinek, o direito do indivíduo de exigir do Estado uma prestação, como saúde e educação, corresponde ao status
- A) passivo.
 - B) negativo.
 - C) ativo.
 - D) de sujeição.
 - E) positivo.



16. Quando um condomínio precisa garantir contraditório e ampla defesa antes de multar um condômino, os direitos fundamentais estão sendo aplicados numa relação entre particulares. Trata-se da eficácia

- A) vertical.
- B) horizontal.
- C) retroativa.
- D) internacional.
- E) suspensiva.

17. A aplicação dos direitos fundamentais em relação entre dois particulares, em que um deles está em situação de maior vulnerabilidade, como entre empregado e empregador, é chamada de eficácia

- A) vertical.
- B) indireta.
- C) irradiante.
- D) negativa.
- E) diagonal.

18. Ao julgar a ADPF 347, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em relação ao sistema carcerário brasileiro,

- A) a inexistência de violação a direitos fundamentais, por se tratar de questão administrativa.
- B) que a solução do problema cabe exclusivamente ao Poder Executivo federal.
- C) a impossibilidade de o Judiciário determinar a elaboração de planos para enfrentar a superlotação.
- D) que a superlotação justifica a soltura imediata de todos os presos provisórios.
- E) um estado de coisas inconstitucional, com violação massiva de direitos fundamentais dos presos, a exigir atuação cooperativa de diversas autoridades e instituições.

19. O Supremo Tribunal Federal, ao analisar regra do Estatuto dos Militares que proibia o ingresso e a permanência em cursos de formação de oficiais e praças de quem fosse casado, vivesse em união estável ou tivesse filhos ou dependentes, concluiu que a norma

- A) é inconstitucional, por violar a igualdade, a liberdade de escolha de profissão e a proteção à família, entre outros fundamentos.
- B) é constitucional, pois a disciplina militar justifica qualquer requisito de admissão.
- C) é constitucional apenas para os cursos em regime de internato.
- D) é inconstitucional, com anulação de todos os concursos anteriores.
- E) é constitucional, porque o estado civil comprovadamente prejudica a rotina militar.

20. Deixar de realizar um procedimento que prolongaria artificialmente a vida de uma pessoa com doença incurável denomina-se

- A) eutanásia.
- B) distanásia.
- C) ortotanásia.
- D) suicídio assistido.
- E) homicídio privilegiado.

**NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

1. Na discussão sobre a restrição de direitos fundamentais, a teoria relativa, também chamada de externa, sustenta que o núcleo essencial de um direito
 - A) é fixo e identificado apenas pela leitura, em abstrato, do texto normativo.
 - B) não é preestabelecido, sendo determinado em cada caso concreto por meio de um juízo de proporcionalidade.
 - C) jamais pode ser alcançado por qualquer restrição, nem mesmo por lei.
 - D) depende exclusivamente da vontade do titular do direito.
 - E) é definido pelos tratados internacionais, sem espaço para análise do caso.

2. Um apátrida, que não possui nacionalidade de nenhum Estado, busca proteção a seus direitos humanos no Brasil. A característica que assegura essa proteção, por indicar que os direitos humanos independem da nacionalidade e da cidadania, é a
 - A) transnacionalidade.
 - B) historicidade.
 - C) inalienabilidade.
 - D) imprescritibilidade.
 - E) inexauribilidade.

3. Segundo a doutrina majoritária, a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais está em que
 - A) os direitos humanos estão previstos em tratados internacionais, e os fundamentais, na Constituição de um Estado.
 - B) os direitos fundamentais valem no mundo todo, e os humanos apenas no Brasil.
 - C) os direitos humanos só protegem estrangeiros.
 - D) os direitos fundamentais não podem ser exigidos em juízo.
 - E) não existe qualquer distinção possível entre as expressões.

4. No exame da proporcionalidade, o subelemento que exige que o meio escolhido seja capaz de atingir o objetivo buscado é a
 - A) necessidade.
 - B) proporcionalidade em sentido estrito.
 - C) razoabilidade.
 - D) adequação.
 - E) reserva legal.



5. No exame da proporcionalidade, a necessidade significa que a medida restritiva de direitos
- A) pode ser adotada sempre que for eficaz, mesmo havendo meio menos gravoso.
 - B) deve ser aprovada por plebiscito.
 - C) só se legitima se não houver outra medida menos gravosa capaz de atingir o mesmo fim.
 - D) dispensa qualquer justificativa.
 - E) deve ser a mais rigorosa possível.
6. Na teoria dos limites dos limites, o requisito formal que deve ser observado para que o Estado restrinja um direito fundamental consiste na
- A) aprovação prévia da medida por organismo internacional.
 - B) concordância expressa do titular do direito restringido.
 - C) realização de consulta popular sobre a restrição.
 - D) proteção do núcleo essencial do direito.
 - E) exigência de lei para a restrição, conhecida como princípio da reserva legal.
7. O eixo da proteção internacional da pessoa humana voltado à proteção do ser humano em conflitos armados é o
- A) Direito Internacional dos Refugiados.
 - B) Direito Internacional Humanitário.
 - C) Direito Internacional Econômico.
 - D) Direito Internacional Privado.
 - E) Direito Constitucional Comparado.
8. A característica segundo a qual basta a condição de pessoa humana para ser titular de direitos humanos, sem distinção de sexo, raça, religião ou nacionalidade, é a
- A) historicidade.
 - B) inexauribilidade.
 - C) imprescritibilidade.
 - D) inalienabilidade.
 - E) universalidade.
9. A característica dos direitos humanos segundo a qual eles são construídos ao longo do tempo é a
- A) universalidade.
 - B) irrenunciabilidade.
 - C) historicidade.
 - D) transnacionalidade.
 - E) inviolabilidade.



10. Uma pessoa autoriza, por escrito, que seja submetida a tratamento degradante. Essa autorização não torna a violação válida, em razão da
- A) historicidade dos direitos humanos.
 - B) relatividade dos direitos humanos.
 - C) inexauribilidade dos direitos humanos.
 - D) irrenunciabilidade dos direitos humanos.
 - E) transnacionalidade dos direitos humanos.
11. A característica dos direitos humanos que impede sua transferência ou cessão a outra pessoa, ainda que de forma gratuita, é a
- A) universalidade.
 - B) historicidade.
 - C) essencialidade.
 - D) inexauribilidade.
 - E) inalienabilidade.
12. A regra constitucional segundo a qual os direitos expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime, dos princípios e dos tratados expressa a característica da
- A) inexauribilidade.
 - B) imprescritibilidade.
 - C) irrenunciabilidade.
 - D) inalienabilidade.
 - E) historicidade apenas no plano interno.
13. A característica segundo a qual os direitos humanos não se perdem pelo passar do tempo, podendo ser reivindicados a qualquer momento, é a
- A) inalienabilidade.
 - B) universalidade.
 - C) imprescritibilidade.
 - D) essencialidade.
 - E) inexauribilidade.
14. A proibição do retrocesso, também chamada de efeito cliquet, significa que o Estado
- A) pode reduzir livremente a proteção já conquistada.
 - B) só pode ampliar direitos por emenda constitucional.
 - C) deve revogar os direitos sociais em tempos de crise.
 - D) não pode, em regra, proteger menos do que já protegia antes.
 - E) pode suprimir direitos desde que haja lei ordinária.



15. Os direitos de primeira dimensão correspondem aos direitos
- A) sociais, econômicos e culturais.
 - B) civis e políticos, ligados à liberdade.
 - C) de solidariedade, como o meio ambiente.
 - D) à paz universal.
 - E) à água potável.
16. Os direitos à saúde, à educação e à previdência, que exigem prestação positiva do Estado, são classificados como de
- A) primeira dimensão.
 - B) quinta dimensão.
 - C) terceira dimensão.
 - D) quarta dimensão.
 - E) segunda dimensão.
17. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é exemplo típico de direito de
- A) terceira dimensão, ligado à solidariedade.
 - B) segunda dimensão, de natureza prestacional.
 - C) primeira dimensão, de natureza individual.
 - D) quarta dimensão, ligado à bioética.
 - E) sexta dimensão, ligado à água potável.
18. Na teoria dos quatro status de Jellinek, o status que corresponde à participação do indivíduo na formação da vontade do Estado, como no exercício dos direitos políticos, é o
- A) status negativo.
 - B) status positivo.
 - C) status passivo.
 - D) status ativo.
 - E) status de subordinação.
19. A proibição do retrocesso não é garantia absoluta. Para que se admita eventual diminuição da proteção de um direito, a doutrina exige, entre outras condições, que
- A) a medida seja aprovada por maioria simples do Poder Legislativo, sem outra exigência.
 - B) seja preservado o núcleo essencial do direito envolvido.
 - C) o direito atingido seja apenas de natureza social.
 - D) a redução seja feita por decreto do Poder Executivo.
 - E) o Estado comprove apenas a existência de crise econômica.



20. Ao julgar as ações de reparação ligadas aos chamados Crimes de Maio, ocorridos em 2006 no Estado de São Paulo, o STJ entendeu que a prescrição quinquenal contra a Fazenda Pública

- A) é incompatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, por se tratar de graves violações de direitos humanos.
- B) deve ser aplicada normalmente, pois não há norma que a afaste de forma expressa.
- C) só não se aplica aos casos de tortura praticada durante o regime militar.
- D) é contada a partir da publicação da ata do julgamento.
- E) alcança apenas as ações coletivas, e não as individuais.



GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 1. Gabarito: A

- (A) **Correta.** É a redação do art. 5º, LXXIV, da CF.
- (B) **Incorreta.** A Constituição dirige a garantia a quem comprova insuficiência de recursos.
- (C) **Incorreta.** A garantia não se limita à área criminal.
- (D) **Incorreta.** A garantia alcança as pessoas em geral que não têm recursos, especialmente as pessoas naturais.
- (E) **Incorreta.** Não há essa restrição no texto constitucional.

Questão 2. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** Essa é a assistência judiciária gratuita.
- (B) **Incorreta.** A atuação fora do processo faz parte da assistência jurídica, e não da gratuidade.
- (C) **Correta.** A gratuidade atua dentro do processo e dispensa o hipossuficiente das custas e despesas, sendo deferida pelo magistrado.
- (D) **Incorreta.** A gratuidade não extingue dívidas, apenas dispensa custas e despesas do processo.
- (E) **Incorreta.** A gratuidade não gera pagamento de indenização à parte.

Questão 3. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A isenção de custas é a gratuidade de justiça.
- (B) **Incorreta.** Essa amplitude é característica da assistência jurídica.
- (C) **Incorreta.** Essa atuação caritativa corresponde ao modelo pro bono.
- (D) **Incorreta.** Não há relação com honorários da parte contrária.
- (E) **Correta.** A assistência judiciária é a representação endoprocessual, isto é, no âmbito do processo judicial.

Questão 4. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A isenção de custas é a gratuidade, a mais restrita das figuras.
- (B) **Correta.** A assistência jurídica envolve representação judicial e também atuação extrajudicial, como orientação e solução consensual de conflitos.
- (C) **Incorreta.** Ela vai além do processo, abrangendo a atuação extrajudicial.
- (D) **Incorreta.** Quem concede no processo é a gratuidade; a assistência jurídica é prestada pela Defensoria.
- (E) **Incorreta.** A assistência judiciária se limita ao processo; a jurídica é mais ampla.

Questão 5. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A gratuidade só tem sentido dentro de um processo, com isenção de custas.
- (B) **Incorreta.** A assistência judiciária é justamente a atuação dentro do processo.
- (C) **Incorreta.** No judicare atuam advogados particulares pagos pelo Estado, e não a Defensoria.
- (D) **Correta.** A atuação fora do processo, como orientação e acordo extrajudicial, integra a assistência jurídica.
- (E) **Incorreta.** Quem atendeu Maria foi a Defensoria Pública, e não advogado particular voluntário.



**Questão 6. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** A CF/88 fortaleceu a Defensoria, prevista no art. 134.
- (B) **Incorreta.** A CF/88 ampliou a proteção aos necessitados.
- (C) **Correta.** Foi a CF/88 que passou a garantir expressamente a assistência jurídica integral e gratuita, mais ampla que a judiciária.
- (D) **Incorreta.** A assistência jurídica abrange todas as áreas.
- (E) **Incorreta.** A CF/88 adotou o modelo público, com Defensores Públicos remunerados pelo Estado.

Questão 7. Gabarito: A

- (A) **Correta.** É o que diz a Súmula 481 do STJ; o CPC também admite gratuidade para pessoa jurídica (art. 98).
- (B) **Incorreta.** O STJ e o CPC admitem a gratuidade para pessoa jurídica.
- (C) **Incorreta.** A pessoa jurídica precisa demonstrar a impossibilidade de pagar.
- (D) **Incorreta.** A súmula alcança pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos.
- (E) **Incorreta.** A falência não é requisito, nem gera gratuidade automática.

Questão 8. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A pessoa jurídica precisa comprovar a insuficiência.
- (B) **Incorreta.** A presunção não alcança pessoas jurídicas, que devem demonstrar sua situação financeira.
- (C) **Incorreta.** A recuperação judicial não gera gratuidade automática.
- (D) **Incorreta.** Para a pessoa natural existe a presunção, que o juiz só afasta diante de elementos contrários.
- (E) **Correta.** O art. 99, § 3º, do CPC dá presunção de veracidade apenas à alegação de pessoa natural.

Questão 9. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A gratuidade dispensa despesas do processo, não a dívida em discussão.
- (B) **Correta.** O art. 98, § 1º, do CPC inclui essas despesas, além de taxas e custas judiciais.
- (C) **Incorreta.** A obrigação alimentar não é despesa processual.
- (D) **Incorreta.** Tributos em geral não são alcançados pela gratuidade.
- (E) **Incorreta.** Aluguéis não têm relação com despesas processuais.

Questão 10. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O CPC admite expressamente a concessão parcial.
- (B) **Incorreta.** O CPC permite pedido superveniente, no curso do processo.
- (C) **Incorreta.** A gratuidade é regulada pelo CPC para o processo civil em geral.
- (D) **Correta.** O art. 98, § 5º, do CPC admite gratuidade parcial ou com redução percentual das despesas.
- (E) **Incorreta.** O beneficiário pode ser condenado; a cobrança apenas fica suspensa.



**Questão 11. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** É a condição suspensiva do art. 98, § 3º, do CPC; passados os 5 anos, as obrigações se extinguem.
- (B) **Incorreta.** O beneficiário pode ser condenado; a exigibilidade apenas fica suspensa.
- (C) **Incorreta.** A cobrança fica suspensa enquanto durar a insuficiência de recursos.
- (D) **Incorreta.** A Defensoria não paga as obrigações da parte vencida.
- (E) **Incorreta.** O CPC fixa o prazo de 5 anos, após o qual as obrigações se extinguem.

Questão 12. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** O CPC prevê recurso próprio, o agravo de instrumento.
- (B) **Incorreta.** A impugnação é o meio usado pela parte contrária contra o deferimento.
- (C) **Incorreta.** Há recurso previsto em lei contra o indeferimento.
- (D) **Incorreta.** O recurso cabível é o agravo de instrumento.
- (E) **Correta.** O art. 101 do CPC prevê agravo de instrumento, salvo se a questão for resolvida na sentença, quando cabe apelação.

Questão 13. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** O agravo cabe contra o indeferimento ou a revogação, não contra o deferimento.
- (B) **Incorreta.** Não há previsão de prisão; se houver má-fé, a lei prevê multa.
- (C) **Correta.** O art. 100 do CPC prevê a impugnação ao deferimento, sem necessidade de recurso.
- (D) **Incorreta.** A lei permite impugnar o deferimento.
- (E) **Incorreta.** A Defensoria não assume as custas da parte.

Questão 14. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** No judicare o advogado particular é pago pelo Estado.
- (B) **Correta.** No modelo pro bono o advogado particular atua gratuitamente, sem remuneração do Estado nem do cliente.
- (C) **Incorreta.** Nesse modelo atuam agentes públicos remunerados pelo Estado, como os Defensores.
- (D) **Incorreta.** O modelo híbrido reúne os modelos pro bono, judicare e salaried staff.
- (E) **Incorreta.** Assistência judiciária é a representação do hipossuficiente dentro do processo, feita pela Defensoria, e não um modelo de atuação caritativa.

Questão 15. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** No pro bono o advogado atua sem receber pagamento.
- (B) **Incorreta.** Nesse modelo atuam Defensores Públicos, integrantes de órgão do Estado.
- (C) **Incorreta.** O modelo híbrido é a reunião dos modelos pro bono, judicare e salaried staff.
- (D) **Correta.** No judicare, o Estado paga advogados particulares para defender os necessitados.
- (E) **Incorreta.** Autotutela não é modelo de assistência jurídica.

**Questão 16. Gabarito: E**

- (A) **Incorreta.** A CF/88 não confiou a assistência a advogados voluntários.
- (B) **Incorreta.** O dativo não é o modelo adotado pela Constituição.
- (C) **Incorreta.** O modelo híbrido reúne pro bono, judicare e salaried staff, e não é o adotado pela CF/88.
- (D) **Incorreta.** A assistência é gratuita para o necessitado.
- (E) **Correta.** A CF/88 adotou o modelo público, com a Defensoria Pública prestando a assistência por meio de seus membros.

Questão 17. Gabarito: A

- (A) **Correta.** No Tema 1.002, o STF admitiu os honorários contra qualquer ente público e vedou o rateio entre os membros.
- (B) **Incorreta.** O STF decidiu que os honorários são devidos, inclusive contra o ente que ela integra.
- (C) **Incorreta.** O rateio entre os membros é proibido.
- (D) **Incorreta.** Os honorários pertencem à Defensoria e são destinados a sua estrutura.
- (E) **Incorreta.** Não há essa limitação na tese do STF.

Questão 18. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** Esse é o tema da segunda onda.
- (B) **Incorreta.** Esse é o tema da terceira onda.
- (C) **Correta.** A primeira onda trata da criação de órgãos para defender os direitos da parcela mais humilde da população.
- (D) **Incorreta.** Esse tema está na sexta onda.
- (E) **Incorreta.** Esse tema está na quinta onda.

Questão 19. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A primeira onda trata da assistência jurídica aos pobres.
- (B) **Correta.** A segunda onda trata da representação dos interesses difusos em juízo.
- (C) **Incorreta.** A terceira onda trata dos procedimentos, custos e duração do processo.
- (D) **Incorreta.** A quinta onda cuida da internacionalização da proteção dos direitos humanos.
- (E) **Incorreta.** A sétima onda trata da desigualdade de gênero e raça nos sistemas de justiça.

Questão 20. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** Esse é o foco da primeira onda.
- (B) **Incorreta.** Esse é o foco da segunda onda.
- (C) **Incorreta.** Esse é o foco da quarta onda.
- (D) **Correta.** A terceira onda propõe soluções como oralidade, concentração de ritos e redução de custos do processo.
- (E) **Incorreta.** Esse é o foco da sétima onda.



**Questão 21. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** A Ouvidoria-Geral é a única exceção entre os órgãos com nome geral: não integra a administração superior.
- (B) **Incorreta.** Órgãos de execução são os Defensores Públicos.
- (C) **Correta.** A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição (art. 105-A da LC 80/1994).
- (D) **Incorreta.** Órgãos de atuação são as Defensorias Públicas do Estado e os Núcleos.
- (E) **Incorreta.** A lei não a classifica como órgão de controle externo.

Questão 22. Gabarito: A

- (A) **Correta.** Os Defensores Públicos do Estado são os órgãos de execução.
- (B) **Incorreta.** Os Núcleos são órgãos de atuação.
- (C) **Incorreta.** A Corregedoria integra a administração superior; a Ouvidoria é órgão auxiliar.
- (D) **Incorreta.** Ambos integram a administração superior.
- (E) **Incorreta.** As Defensorias Públicas do Estado são órgãos de atuação.

Questão 23. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar.
- (B) **Incorreta.** Os Núcleos são órgãos de atuação.
- (C) **Incorreta.** A Escola não consta do rol da administração superior.
- (D) **Incorreta.** O Defensor Público é órgão de execução.
- (E) **Correta.** O Conselho Superior integra a administração superior, ao lado da Defensoria Pública-Geral, da Subdefensoria Pública-Geral e da Corregedoria-Geral.

Questão 24. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** O mandato é de 2 anos, e a lei admite uma recondução.
- (B) **Correta.** O art. 99 da LC 80/1994 fixa mandato de 2 anos, permitida uma recondução.
- (C) **Incorreta.** A lei permite uma recondução.
- (D) **Incorreta.** O prazo é de 2 anos e só se admite uma recondução.
- (E) **Incorreta.** O cargo é exercido por mandato certo.

Questão 25. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O Governador apenas escolhe e nomeia um nome da lista.
- (B) **Incorreta.** A Assembleia não participa da formação da lista.
- (C) **Incorreta.** A OAB não participa da escolha.
- (D) **Correta.** Os próprios membros da Defensoria formam a lista, por voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório.
- (E) **Incorreta.** O Tribunal de Justiça não participa da escolha.

**Questão 26. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** O art. 99, § 4º, prevê a investidura automática do mais votado, para exercício do mandato.
- (B) **Incorreta.** A lei não transfere a escolha ao Conselho Superior.
- (C) **Incorreta.** O Subdefensor substitui o chefe em faltas e impedimentos, mas não assume de forma definitiva nesse caso.
- (D) **Incorreta.** Não há previsão de nova eleição.
- (E) **Incorreta.** O Governador fica limitado à lista, e a omissão gera a investidura do mais votado.

Questão 27. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A nomeação cabe ao Defensor Público-Geral; lei estadual que atribui isso ao Governador viola a autonomia da Defensoria.
- (B) **Incorreta.** A sociedade civil participa apenas da escolha do Ouvidor-Geral.
- (C) **Correta.** É o que prevê o art. 99, § 1º, da LC 80/1994.
- (D) **Incorreta.** Os Estados podem ter mais de um Subdefensor, segundo suas necessidades.
- (E) **Incorreta.** A Subdefensoria integra a administração superior.

Questão 28. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A lei dispensa o agendamento prévio.
- (B) **Incorreta.** Não há exigência de autorização judicial para a entrevista.
- (C) **Incorreta.** O acesso é a todas as dependências do estabelecimento.
- (D) **Incorreta.** A lei diz que não se pode negar, sob fundamento algum, o direito de entrevista com o Defensor.
- (E) **Correta.** O art. 108, parágrafo único, IV, garante acesso a todas as dependências, sem prévio agendamento, e o direito de entrevista com os assistidos.

Questão 29. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A lei não prevê o Defensor mais antigo como membro nato.
- (B) **Correta.** São membros natos o DPG, o Subdefensor, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral; a maioria é composta por representantes eleitos (art. 101).
- (C) **Incorreta.** Autoridades do Executivo não compõem o Conselho.
- (D) **Incorreta.** O presidente da entidade de classe tem assento e voz, mas não é membro nato.
- (E) **Incorreta.** Além dos eleitos, há os membros natos.

Questão 30. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A lei exclui a matéria disciplinar.
- (B) **Incorreta.** É o contrário: em matéria disciplinar não há voto de qualidade.
- (C) **Incorreta.** A lei não restringe o voto de qualidade a eleições.
- (D) **Correta.** O art. 101, § 1º, garante o voto de qualidade ao DPG, exceto em matéria disciplinar.
- (E) **Incorreta.** Não há essa condição na lei.

**Questão 31. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** O art. 101, § 3º, fixa mandato de 2 anos, com uma reeleição permitida.
- (B) **Incorreta.** O mandato é de 2 anos e admite uma reeleição.
- (C) **Incorreta.** São eleitos pelos membros da carreira.
- (D) **Incorreta.** São elegíveis apenas os membros estáveis que não estejam afastados da carreira.
- (E) **Incorreta.** A lei exige estabilidade, e não tempo mínimo de cinco anos.

Questão 32. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** Ele não vota.
- (B) **Incorreta.** Ele tem voz, e não voto.
- (C) **Correta.** O art. 101, § 5º, assegura assento e voz, mas não voto.
- (D) **Incorreta.** A presidência é do Defensor Público-Geral.
- (E) **Incorreta.** A lei não prevê poder de veto.

Questão 33. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A escolha do DPG é feita pelo Governador a partir de lista tríplice.
- (B) **Incorreta.** Receber sugestões da sociedade é papel da Ouvidoria-Geral.
- (C) **Incorreta.** A representação da Instituição cabe ao Defensor Público-Geral.
- (D) **Incorreta.** Essa não é a função da Corregedoria.
- (E) **Correta.** A Corregedoria-Geral fiscaliza a atividade funcional e a conduta de membros e servidores.

Questão 34. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A sociedade civil só forma lista para o Ouvidor-Geral.
- (B) **Correta.** É a regra do art. 104: lista tríplice do Conselho Superior e nomeação pelo DPG, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.
- (C) **Incorreta.** O Governador não participa dessa escolha.
- (D) **Incorreta.** A Assembleia não participa da escolha.
- (E) **Incorreta.** A escolha não se dá por antiguidade, e o cargo tem mandato.

Questão 35. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O Governador não tem esse poder.
- (B) **Incorreta.** A Ouvidoria não destitui o Corregedor.
- (C) **Incorreta.** A proposta do DPG precisa ser aprovada pelo Conselho Superior.
- (D) **Correta.** O art. 104, § 1º, exige proposta do DPG e voto de dois terços do Conselho Superior.
- (E) **Incorreta.** A lei admite a destituição antes do fim do mandato.

**Questão 36. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** É a regra do art. 105-B: escolha pelo Conselho Superior, a partir de lista tríplice da sociedade civil, de pessoa não integrante da carreira.
- (B) **Incorreta.** O Ouvidor não pode ser membro da carreira, e o Governador não o escolhe.
- (C) **Incorreta.** A escolha é feita pelo Conselho Superior, não por eleição da carreira.
- (D) **Incorreta.** A escolha não é livre do DPG.
- (E) **Incorreta.** A lei não exige inscrição na OAB.

Questão 37. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** O cargo exige dedicação exclusiva, o que afasta a acumulação.
- (B) **Incorreta.** O mandato é de 2 anos, permitida uma recondução.
- (C) **Correta.** O art. 105-B, § 3º, prevê o regime de dedicação exclusiva.
- (D) **Incorreta.** O Ouvidor participa do Conselho com voz, sem voto.
- (E) **Incorreta.** O Ouvidor não pode integrar a carreira.

Questão 38. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A Ouvidoria não julga processos disciplinares.
- (B) **Incorreta.** A Ouvidoria não aplica penalidades.
- (C) **Incorreta.** A lista é formada pelo voto dos membros da carreira.
- (D) **Incorreta.** A representação cabe ao Defensor Público-Geral.
- (E) **Correta.** O art. 105-C, I, atribui à Ouvidoria receber e encaminhar representações ao Corregedor-Geral, assegurada a defesa preliminar.

Questão 39. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A lei não prioriza as capitais.
- (B) **Correta.** O art. 107 prioriza as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.
- (C) **Incorreta.** A arrecadação não é critério legal.
- (D) **Incorreta.** A lei não fixa esse critério.
- (E) **Incorreta.** A escolha não cabe ao Governador.

Questão 40. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A publicidade não trata do dever de patrocinar causas.
- (B) **Incorreta.** Não há relação com territorialidade.
- (C) **Incorreta.** A hierarquia é de natureza administrativa, sem relação com o dever de patrocínio.
- (D) **Correta.** Pela indeclinabilidade, o Defensor não pode negar o patrocínio da população carente por excesso de trabalho, falta de especialização ou outra razão.
- (E) **Incorreta.** Inércia não é o princípio aplicável.

NOÇÕES DE CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSO, PCD, MULHER E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**Questão 1. Gabarito: B**

- (A) **Incorreta.** O ECA deixou de usar o termo "menor" como designação de seus destinatários.
- (B) **Correta.** O ECA passou a tratar seus destinatários como criança e adolescente, abandonando o termo "menor" e suas combinações.
- (C) **Incorreta.** Expressões como "menor infrator" também devem ser evitadas.
- (D) **Incorreta.** O termo não foi mantido para crianças.
- (E) **Incorreta.** A doutrina recomenda justamente não usar mais o termo "menor".

Questão 2. Gabarito: A

- (A) **Correta.** É a sequência histórica: primeiro a indiferença, depois a punição criminal, em seguida a fase tutelar e, por fim, a proteção integral.
- (B) **Incorreta.** A ordem está invertida; a proteção integral é a fase mais recente.
- (C) **Incorreta.** A fase tutelar não é a primeira, e a proteção integral não vem antes da indiferença.
- (D) **Incorreta.** A proteção integral não antecede a fase tutelar.
- (E) **Incorreta.** A proteção integral é a última fase, e não a segunda.

Questão 3. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** Tratá-los como sujeitos de direitos é característica da proteção integral.
- (B) **Incorreta.** A situação irregular não reconhecia direitos a eles.
- (C) **Correta.** Na situação irregular o "menor" era objeto de proteção, e o Juiz de Menores tinha amplos poderes para decidir sobre ele.
- (D) **Incorreta.** A doutrina da situação irregular não dava esse papel às crianças.
- (E) **Incorreta.** O Conselho Tutelar surgiu com o ECA, na fase da proteção integral.

Questão 4. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** Vê-los como objetos de tutela era próprio da situação irregular.
- (B) **Incorreta.** A proteção integral valoriza a opinião da criança e do adolescente.
- (C) **Incorreta.** A proteção integral não se resume à responsabilização por atos infracionais.
- (D) **Incorreta.** A proteção integral alcança todas as crianças e adolescentes, e não só os que estão em situação irregular.
- (E) **Correta.** A proteção integral trata crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Questão 5. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** O STF afastou a alegação de violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais.
- (B) **Incorreta.** O poder familiar não autoriza a recusa da vacina obrigatória.
- (C) **Correta.** No Tema 1103 (ARE 1267879), o STF declarou constitucional a vacinação obrigatória de vacina incluída no Programa Nacional de Imunizações e ilegítima a recusa dos pais por convicção filosófica.
- (D) **Incorreta.** O STF não fez distinção pela idade da criança.
- (E) **Incorreta.** A inclusão no Programa Nacional de Imunizações já basta; a lei é só uma das hipóteses.

**Questão 6. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** A proteção integral aparece na CF/88 (art. 227) e é desenvolvida pelo ECA, de 1990.
- (B) **Incorreta.** O Código de Mello Mattos inaugurou a situação irregular.
- (C) **Incorreta.** O Código Criminal do Império pertence à fase da mera imputação criminal.
- (D) **Incorreta.** O Código de Menores de 1979 manteve a situação irregular.
- (E) **Incorreta.** O Código Penal de 1890 integra a fase da mera imputação criminal.

Questão 7. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A vontade do adolescente também é considerada e exigida.
- (B) **Incorreta.** A colocação em família substituta é decidida pelo Judiciário, não pelo Conselho Tutelar.
- (C) **Incorreta.** A lei não exige parecer da escola.
- (D) **Correta.** O art. 28, § 2º, do ECA exige o consentimento do adolescente, colhido em audiência.
- (E) **Incorreta.** A oitiva e o consentimento do adolescente não podem ser dispensados.

Questão 8. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A centralização na União era característica do modelo anterior.
- (B) **Correta.** A municipalização aproxima o atendimento das famílias; daí a criação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Municipais de Direitos.
- (C) **Incorreta.** A institucionalização como regra marcava a situação irregular.
- (D) **Incorreta.** A proteção integral busca a desjudicialização do atendimento.
- (E) **Incorreta.** A pobreza não justifica a retirada da criança da família no modelo atual.

Questão 9. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** O livre arbítrio do juiz era próprio do modelo da situação irregular.
- (B) **Incorreta.** A pobreza não é motivo para restringir a liberdade.
- (C) **Incorreta.** O cumprimento deve ser separado dos adultos.
- (D) **Incorreta.** A privação de liberdade é exceção, e não regra.
- (E) **Correta.** No modelo atual a restrição da liberdade é excepcional e ocorre em local próprio, separado do sistema penal comum.

Questão 10. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A família não é a única responsável.
- (B) **Incorreta.** O dever não é exclusivo do poder público.
- (C) **Correta.** O art. 4º do ECA divide esse dever entre família, comunidade, sociedade em geral e poder público.
- (D) **Incorreta.** O Conselho Tutelar atua na proteção, mas o dever é de todos.
- (E) **Incorreta.** O Ministério Público não é o único responsável.

**Questão 11. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** O art. 4º, § 1º, do ECA prevê a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (B) **Incorreta.** A prioridade não dispensa a frequência escolar.
- (C) **Incorreta.** A lei não prevê isenção geral de tarifas.
- (D) **Incorreta.** A prioridade não envolve direito de voto.
- (E) **Incorreta.** A precedência vale nos serviços públicos ou de relevância pública.

Questão 12. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A lei determina o contrário: prioridade nos recursos.
- (B) **Incorreta.** A destinação não é igual, mas privilegiada.
- (C) **Incorreta.** A lei trata de recursos públicos.
- (D) **Incorreta.** A prioridade absoluta coloca a infância à frente de outras despesas.
- (E) **Correta.** É a regra do art. 4º, § 1º, do ECA: destinação privilegiada de recursos públicos nessas áreas.

Questão 13. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A lei prevê consequência jurídica para essas condutas.
- (B) **Correta.** O art. 5º, parágrafo único, do ECA considera ilícita a conduta e prevê reparação de danos, inclusive no abandono afetivo.
- (C) **Incorreta.** Não é preciso que haja crime para existir o dever de reparar.
- (D) **Incorreta.** A lei prevê reparação de danos, além de outras sanções.
- (E) **Incorreta.** O ECA trata o tema como dever jurídico, e não só moral.

Questão 14. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A vontade dos pais não é critério de interpretação previsto no art. 6º.
- (B) **Incorreta.** A situação financeira não é critério legal de interpretação.
- (C) **Incorreta.** O ECA não coloca o interesse do Estado acima da criança.
- (D) **Correta.** O art. 6º do ECA manda considerar a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- (E) **Incorreta.** A gravidade do ato não é critério geral de interpretação da lei.

Questão 15. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A internação não é perpétua.
- (B) **Incorreta.** Esses não são os princípios da internação.
- (C) **Correta.** É o que prevê o art. 121 do ECA.
- (D) **Incorreta.** A internação não tem como princípio o isolamento.
- (E) **Incorreta.** A internação é excepcional e breve, não automática.

**Questão 16. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** A Lei do Sinase (art. 35, I) proíbe dar ao adolescente tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
- (B) **Incorreta.** O princípio não impõe tratamento idêntico, mas impede tratamento pior.
- (C) **Incorreta.** O princípio proíbe exatamente o rigor maior.
- (D) **Incorreta.** O adolescente é sujeito de direitos desde já.
- (E) **Incorreta.** Não existe regra de regime fechado obrigatório.

Questão 17. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A assistência afetiva não se confunde com a obrigação alimentar.
- (B) **Incorreta.** A lei não trata de guarda nem usa a renda como critério.
- (C) **Correta.** O art. 4º, § 3º, II, do ECA, incluído pela Lei nº 15.240/2025, prevê a solidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade.
- (D) **Incorreta.** A lei fala em presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente, quando possível de ser atendida.
- (E) **Incorreta.** Cabe aos pais orientar quanto às escolhas profissionais, e não decidir por eles.

Questão 18. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O STF entendeu que o direito tem aplicação direta e imediata, sem necessidade de regulamentação.
- (B) **Incorreta.** O STF admitiu a exigência individual.
- (C) **Incorreta.** Trata-se de dever jurídico do Estado, e não de recomendação.
- (D) **Correta.** No Tema 548, o STF afirmou que a oferta de creche e pré-escola pode ser exigida individualmente.
- (E) **Incorreta.** O direito é assegurado a todas as crianças dessa faixa etária.

Questão 19. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O acesso é garantido no SUS.
- (B) **Incorreta.** Não há idade mínima para esse acesso.
- (C) **Incorreta.** A lei não exige autorização judicial.
- (D) **Correta.** O art. 11-A do ECA garante acesso a programas de saúde mental do SUS para prevenção e tratamento.
- (E) **Incorreta.** O direito vale para todas as crianças e adolescentes.

Questão 20. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A semana tem caráter informativo e educativo, e não punitivo.
- (B) **Correta.** O art. 8º-A do ECA, incluído pela Lei nº 13.798/2019, institui a semana, realizada anualmente na semana que inclui o dia 1º de fevereiro, para difundir medidas preventivas e educativas.
- (C) **Incorreta.** A lei busca justamente ampliar a informação sobre o tema.
- (D) **Incorreta.** As ações ficam a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil.
- (E) **Incorreta.** As ações são dirigidas prioritariamente ao público adolescente.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 1. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** Os remédios constitucionais são as garantias em sentido estrito.
- (B) **Incorreta.** O direito de petição a órgãos internacionais é exemplo de garantia em sentido estrito no plano internacional.
- (C) **Correta.** São as garantias institucionais, que envolvem estruturas públicas, como o Ministério Público e a Defensoria, e privadas, como a liberdade de imprensa.
- (D) **Incorreta.** Direitos e garantias são conceitos distintos, desde a lição de Rui Barbosa.
- (E) **Incorreta.** As garantias em sentido amplo contemplam também estruturas privadas, como a liberdade de imprensa.

Questão 2. Gabarito: A

- (A) **Correta.** Pela eficácia direta, os direitos fundamentais incidem nas relações entre particulares sem intermediação do legislador, e essa é a posição majoritária.
- (B) **Incorreta.** A exigência de lei intermediária é própria da eficácia indireta.
- (C) **Incorreta.** A relação entre particular e Estado corresponde à eficácia vertical.
- (D) **Incorreta.** A aplicação reflexa, com ponderação pelo legislador, é a lógica da eficácia indireta.
- (E) **Incorreta.** Os direitos fundamentais também se impõem nas relações privadas, como na exclusão de associado sem ampla defesa.

Questão 3. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** Exigir prestação ou abstenção do Estado é a dimensão subjetiva.
- (B) **Incorreta.** Os três Poderes devem agir em observância aos direitos fundamentais.
- (C) **Incorreta.** O direito de resistir à intervenção estatal está ligado à dimensão subjetiva, na sua função clássica.
- (D) **Correta.** É a eficácia irradiante, expressão usada por Daniel Sarmento.
- (E) **Incorreta.** A dimensão objetiva não se restringe a uma dimensão ou geração de direitos.

Questão 4. Gabarito: A

- (A) **Correta.** A Revolução Industrial e as más condições de trabalho levaram a normas de proteção social, como as Constituições do México de 1917 e de Weimar de 1919.
- (B) **Incorreta.** A Magna Carta é marco dos direitos de primeira dimensão.
- (C) **Incorreta.** A engenharia genética está ligada à quarta dimensão, para Bobbio.
- (D) **Incorreta.** A descolonização está ligada à autodeterminação dos povos, e não aos direitos sociais.
- (E) **Incorreta.** O direito à água potável é apontado por Zulmar Fachin como de sexta dimensão.

**Questão 5. Gabarito: D**

- (A) **Incorreta.** Erradicar a pobreza é objetivo fundamental, previsto no art. 3º.
- (B) **Incorreta.** A concessão de asilo político é princípio das relações internacionais, do art. 4º.
- (C) **Incorreta.** Garantir o desenvolvimento nacional é objetivo fundamental.
- (D) **Correta.** O art. 1º lista como fundamentos soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- (E) **Incorreta.** A defesa da paz é princípio das relações internacionais.

Questão 6. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A soberania é fundamento da República, previsto no art. 1º.
- (B) **Incorreta.** O pluralismo político é fundamento, e não objetivo.
- (C) **Incorreta.** A independência nacional é princípio das relações internacionais.
- (D) **Correta.** É um dos objetivos do art. 3º, que costumam começar com verbos no infinitivo.
- (E) **Incorreta.** A cidadania é fundamento da República.

Questão 7. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A valorização do trabalho humano é fundamento da ordem econômica.
- (B) **Correta.** A prevalência dos direitos humanos está no art. 4º, II, da Constituição.
- (C) **Incorreta.** A livre concorrência é princípio da ordem econômica.
- (D) **Incorreta.** A função social da propriedade não é princípio das relações internacionais.
- (E) **Incorreta.** Construir uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo fundamental do art. 3º.

Questão 8. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A violação ao mínimo existencial autoriza o controle judicial de políticas públicas.
- (B) **Correta.** A reserva do possível não se aplica diante do mínimo existencial, e o STF admite o controle judicial nessa hipótese.
- (C) **Incorreta.** A omissão estatal que atinge o mínimo existencial legitima a intervenção judicial, sem ofensa à separação de poderes.
- (D) **Incorreta.** Não se exige lei específica para afastar a reserva do possível nesse caso.
- (E) **Incorreta.** O debate envolve sobretudo direitos prestacionais, como saúde e educação.

Questão 9. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** Os direitos sociais são de segunda dimensão.
- (B) **Incorreta.** Os direitos transindividuais, como o meio ambiente, são de terceira dimensão.
- (C) **Incorreta.** Para Bobbio, a engenharia genética está ligada à quarta dimensão.
- (D) **Incorreta.** O direito à paz é classificado na terceira ou na quinta dimensão, conforme o autor.
- (E) **Correta.** Os direitos de primeira dimensão são os de liberdade, que exigem, em regra, abstenção do Estado.



**Questão 10. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** A primeira dimensão reúne os direitos de liberdade.
- (B) **Incorreta.** A segunda dimensão reúne os direitos sociais, ligados à igualdade.
- (C) **Correta.** Os direitos transindividuais, como o meio ambiente, a paz, a comunicação e o desenvolvimento, são de terceira dimensão para Karel Vasak.
- (D) **Incorreta.** Para Bobbio, a quarta dimensão está ligada à bioética e à engenharia genética.
- (E) **Incorreta.** A sexta dimensão, para parte da doutrina, seria o direito à água potável.

Questão 11. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** Os conceitos são distintos, conforme a clássica lição de Rui Barbosa.
- (B) **Correta.** Direitos são bens ou vantagens previstos na Constituição; garantias são os instrumentos que os protegem, como o habeas corpus.
- (C) **Incorreta.** A relação é inversa: as garantias asseguram os direitos.
- (D) **Incorreta.** O habeas corpus é garantia, pois serve para proteger a liberdade.
- (E) **Incorreta.** Há garantias no plano nacional, como os remédios constitucionais.

Questão 12. Gabarito: A

- (A) **Correta.** A universalidade indica que todos os seres humanos são titulares de direitos fundamentais.
- (B) **Incorreta.** A historicidade indica que esses direitos surgem de um longo processo histórico.
- (C) **Incorreta.** A imprescritibilidade indica que esses direitos não se perdem pelo decurso do tempo.
- (D) **Incorreta.** A concorrência é a possibilidade de exercer mais de um direito ao mesmo tempo.
- (E) **Incorreta.** A limitabilidade indica que os direitos fundamentais podem ser relativizados.

Questão 13. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** Os direitos fundamentais não são absolutos.
- (B) **Incorreta.** Os direitos fundamentais são irrenunciáveis, embora o titular possa deixar de exercê-los.
- (C) **Incorreta.** Eles são inalienáveis, pois não têm conteúdo patrimonial.
- (D) **Correta.** Pela limitabilidade, os direitos fundamentais podem ser relativizados quando entram em choque com outros direitos.
- (E) **Incorreta.** Os direitos fundamentais são imprescritíveis.

Questão 14. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** O voto continua obrigatório para a maioria dos eleitores.
- (B) **Incorreta.** O art. 5º não trata de renda básica para estrangeiros.
- (C) **Correta.** A EC nº 115/2022 incluiu no art. 5º, LXXIX, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (D) **Incorreta.** Não há previsão de acesso gratuito à internet no art. 5º.
- (E) **Incorreta.** O art. 5º não prevê expressamente direito ao esquecimento.

**Questão 15. Gabarito: E**

- (A) **Incorreta.** O status passivo indica os deveres do indivíduo perante o Estado.
- (B) **Incorreta.** O status negativo indica a liberdade do indivíduo, com abstenção do Estado.
- (C) **Incorreta.** O status ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos.
- (D) **Incorreta.** A teoria não usa essa expressão como um dos quatro status.
- (E) **Correta.** O status positivo é o direito de exigir prestações do Estado, como saúde e educação.

Questão 16. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A eficácia vertical diz respeito à relação entre o particular e o Estado.
- (B) **Correta.** A eficácia horizontal é a aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, e o STF a admite.
- (C) **Incorreta.** Eficácia retroativa não é o nome dessa aplicação dos direitos fundamentais.
- (D) **Incorreta.** A situação não envolve relação internacional.
- (E) **Incorreta.** Eficácia suspensiva não se relaciona com o tema.

Questão 17. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A eficácia vertical envolve relação entre o particular e o Estado.
- (B) **Incorreta.** A eficácia indireta é teoria sobre a necessidade de lei para aplicar direitos entre particulares.
- (C) **Incorreta.** A eficácia irradiante está ligada à dimensão objetiva dos direitos fundamentais.
- (D) **Incorreta.** Eficácia negativa não é o nome dado a essa situação.
- (E) **Correta.** A eficácia diagonal ocorre entre particulares quando um deles é mais vulnerável, como o empregado.

Questão 18. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** O STF reconheceu violação massiva de direitos fundamentais das pessoas presas.
- (B) **Incorreta.** A tese exige atuação cooperativa de União, Estados, Distrito Federal, instituições e comunidade.
- (C) **Incorreta.** O STF determinou a elaboração de planos, submetidos à sua homologação, com foco na superlotação.
- (D) **Incorreta.** A decisão não determinou soltura imediata de presos.
- (E) **Correta.** Foi a tese fixada em 2023, com a determinação de planos voltados à superlotação, à qualidade das vagas e à entrada e saída dos presos.

Questão 19. Gabarito: A

- (A) **Correta.** A regra ofende a igualdade, a liberdade de profissão, a proibição de critério de admissão por estado civil e a proteção à família e ao planejamento familiar (Tema 1388).
- (B) **Incorreta.** O STF entendeu que o requisito não se justifica e viola direitos fundamentais.
- (C) **Incorreta.** A inconstitucionalidade alcança a regra ainda que o curso seja em regime de internato ou dedicação exclusiva.
- (D) **Incorreta.** Os efeitos foram modulados (ex nunc), e os certames anteriores não foram anulados.
- (E) **Incorreta.** Não há prova de que o estado civil ou a existência de dependentes prejudique a adaptação à rotina militar.

**Questão 20. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** A eutanásia consiste em matar alguém para aliviar seu sofrimento.
- (B) **Incorreta.** A distanásia é o prolongamento excessivo da vida por métodos artificiais e desproporcionais.
- (C) **Correta.** A ortotanásia é deixar de adotar medidas que apenas prolongariam artificialmente a vida do doente incurável.
- (D) **Incorreta.** O suicídio assistido ocorre quando a morte é provocada a pedido da própria pessoa.
- (E) **Incorreta.** Homicídio privilegiado é a forma como a eutanásia é tratada pelo Código Penal, e não o nome da conduta descrita.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**Questão 1. Gabarito: B**

- (A) **Incorreta.** A análise abstrata da redação é a proposta da teoria absoluta, ou interna.
- (B) **Correta.** Para a teoria relativa, o núcleo essencial é determinável caso a caso, após o juízo de proporcionalidade com os direitos em colisão.
- (C) **Incorreta.** A teoria relativa admite restrições, desde que proporcionais.
- (D) **Incorreta.** A vontade do titular não define o conteúdo essencial do direito.
- (E) **Incorreta.** A teoria relativa exige justamente a análise do caso concreto.

Questão 2. Gabarito: A

- (A) **Correta.** Pela transnacionalidade, os direitos humanos independem da nacionalidade e da cidadania, alcançando também apátridas e refugiados.
- (B) **Incorreta.** A historicidade trata da construção dos direitos ao longo do tempo.
- (C) **Incorreta.** A inalienabilidade impede a transferência ou cessão dos direitos.
- (D) **Incorreta.** A imprescritibilidade diz que os direitos não se perdem com o tempo.
- (E) **Incorreta.** A inexauribilidade trata da possibilidade de novos direitos serem acrescidos.

Questão 3. Gabarito: A

- (A) **Correta.** O critério que prevalece é o locus de normatividade: tratados para os direitos humanos, Constituição para os fundamentais.
- (B) **Incorreta.** É o inverso: os fundamentais estão ligados à Constituição de cada Estado.
- (C) **Incorreta.** Os direitos humanos protegem todas as pessoas.
- (D) **Incorreta.** Os direitos fundamentais são exigíveis em juízo.
- (E) **Incorreta.** Embora muitas vezes usadas como sinônimos, a doutrina majoritária distingue as expressões.

Questão 4. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A necessidade exige que não exista outro meio menos gravoso.
- (B) **Incorreta.** A proporcionalidade em sentido estrito pesa vantagens e restrições da medida.
- (C) **Incorreta.** A razoabilidade tem origem anglo-saxã e não é subelemento da proporcionalidade alemã.
- (D) **Correta.** A adequação, também chamada de idoneidade, verifica se o meio atinge o fim pretendido.
- (E) **Incorreta.** A reserva legal é requisito formal, e não subelemento da proporcionalidade.



**Questão 5. Gabarito: C**

- (A) **Incorreta.** Havendo meio menos gravoso igualmente eficaz, a medida não é necessária.
- (B) **Incorreta.** A proporcionalidade não exige consulta popular.
- (C) **Correta.** A necessidade, ou exigibilidade, exige que a medida seja indispensável e insubstituível por outra menos gravosa.
- (D) **Incorreta.** Toda restrição a direito precisa de justificativa.
- (E) **Incorreta.** A lógica é a da mínima restrição, e não da máxima.

Questão 6. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** Não se exige aval de organismo internacional para a restrição.
- (B) **Incorreta.** A restrição não depende da concordância do titular.
- (C) **Incorreta.** A consulta popular não é condição para restringir direitos.
- (D) **Incorreta.** A proteção do núcleo essencial é requisito material, e não formal.
- (E) **Correta.** O requisito formal é a exigência de lei para restringir o direito, isto é, a reserva legal.

Questão 7. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** O Direito dos Refugiados protege quem deixa seu local de residência por perseguição.
- (B) **Correta.** O Direito Internacional Humanitário atua nos conflitos armados, internacionais ou não.
- (C) **Incorreta.** O Direito Econômico trata de comércio e relações econômicas.
- (D) **Incorreta.** O Direito Internacional Privado resolve conflitos de leis entre países.
- (E) **Incorreta.** O Direito Comparado não é eixo de proteção internacional.

Questão 8. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A historicidade indica que os direitos são construídos ao longo do tempo.
- (B) **Incorreta.** A inexauribilidade trata da possibilidade de novos direitos serem acrescidos.
- (C) **Incorreta.** A imprescritibilidade diz que os direitos não se perdem com o tempo.
- (D) **Incorreta.** A inalienabilidade impede a transferência dos direitos.
- (E) **Correta.** Pela universalidade, todas as pessoas são titulares dos direitos humanos, apenas por serem pessoas.

Questão 9. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A universalidade trata da titularidade de todas as pessoas.
- (B) **Incorreta.** A irrenunciabilidade diz que o titular não pode abrir mão do direito.
- (C) **Correta.** A historicidade mostra que os direitos humanos vão sendo conquistados e ampliados no decorrer da história.
- (D) **Incorreta.** A transnacionalidade indica que os direitos independem da nacionalidade.
- (E) **Incorreta.** A inviolabilidade proíbe o desrespeito aos direitos.



**Questão 10. Gabarito: D**

- (A) **Incorreta.** A historicidade trata da construção dos direitos ao longo do tempo.
- (B) **Incorreta.** A relatividade não autoriza o titular a renunciar ao núcleo do direito.
- (C) **Incorreta.** A inexauribilidade trata da ampliação do rol de direitos.
- (D) **Correta.** Pela irrenunciabilidade, a autorização do titular não justifica nem convalida a violação do conteúdo do direito.
- (E) **Incorreta.** A transnacionalidade indica que os direitos independem da nacionalidade.

Questão 11. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A universalidade trata de quem é titular dos direitos.
- (B) **Incorreta.** A historicidade trata da evolução dos direitos no tempo.
- (C) **Incorreta.** A essencialidade liga os direitos aos valores supremos do ser humano.
- (D) **Incorreta.** A inexauribilidade trata da possibilidade de novos direitos.
- (E) **Correta.** Os direitos humanos são inalienáveis: não podem ser transferidos nem cedidos, sendo indisponíveis.

Questão 12. Gabarito: A

- (A) **Correta.** Os direitos humanos são inexauríveis: sempre podem ser acrescidos novos direitos, como prevê o art. 5º, § 2º, da CF.
- (B) **Incorreta.** A imprescritibilidade trata do decurso do tempo.
- (C) **Incorreta.** A irrenunciabilidade trata da vontade do titular.
- (D) **Incorreta.** A inalienabilidade trata da transferência dos direitos.
- (E) **Incorreta.** A regra citada expressa a abertura do rol de direitos, e não a historicidade.

Questão 13. Gabarito: C

- (A) **Incorreta.** A inalienabilidade proíbe a transferência dos direitos.
- (B) **Incorreta.** A universalidade trata da titularidade.
- (C) **Correta.** Os direitos humanos são imprescritíveis: não se esgotam com o tempo.
- (D) **Incorreta.** A essencialidade liga os direitos à dignidade humana.
- (E) **Incorreta.** A inexauribilidade trata do acréscimo de novos direitos.

Questão 14. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** A vedação ao retrocesso impede justamente a redução injustificada da proteção.
- (B) **Incorreta.** A ampliação de direitos pode ocorrer por diversas normas.
- (C) **Incorreta.** A crise não autoriza, por si só, a revogação de direitos.
- (D) **Correta.** Pela vedação ao retrocesso, os Estados não podem retroceder na proteção de direitos já alcançada.
- (E) **Incorreta.** A simples edição de lei não legitima a supressão de direitos conquistados.



**Questão 15. Gabarito: B**

- (A) **Incorreta.** Direitos sociais, econômicos e culturais são de segunda dimensão.
- (B) **Correta.** A primeira dimensão reúne os direitos de liberdade, civis e políticos, também chamados de direitos de defesa.
- (C) **Incorreta.** Direitos de solidariedade são de terceira dimensão.
- (D) **Incorreta.** O direito à paz é apontado por Bonavides como de quinta dimensão.
- (E) **Incorreta.** O acesso à água potável é apontado por parte da doutrina como sexta dimensão.

Questão 16. Gabarito: E

- (A) **Incorreta.** A primeira dimensão reúne os direitos civis e políticos.
- (B) **Incorreta.** A quinta dimensão, para Bonavides, é o direito à paz.
- (C) **Incorreta.** A terceira dimensão reúne os direitos de solidariedade.
- (D) **Incorreta.** A quarta dimensão, para Bonavides, liga-se à democracia direta, ao pluralismo e à bioética.
- (E) **Correta.** Os direitos sociais, econômicos e culturais, que exigem prestações do Estado, são de segunda dimensão.

Questão 17. Gabarito: A

- (A) **Correta.** O meio ambiente é direito difuso de solidariedade, típico da terceira dimensão.
- (B) **Incorreta.** Não se enquadra entre os direitos sociais típicos.
- (C) **Incorreta.** Não é direito de liberdade individual clássico.
- (D) **Incorreta.** A bioética é exemplo da quarta dimensão.
- (E) **Incorreta.** A sexta dimensão, para parte da doutrina, é o acesso à água potável.

Questão 18. Gabarito: D

- (A) **Incorreta.** O status negativo exige abstenção do Estado.
- (B) **Incorreta.** O status positivo exige prestações do Estado.
- (C) **Incorreta.** O status passivo trata dos deveres do indivíduo perante o Estado.
- (D) **Correta.** O status ativo reúne as faculdades de participar da vontade estatal, como votar.
- (E) **Incorreta.** Status de subordinação não é um dos quatro status da teoria.

Questão 19. Gabarito: B

- (A) **Incorreta.** A simples aprovação legislativa não basta para legitimar o retrocesso.
- (B) **Correta.** A doutrina exige justificativa de estatura jusfundamental, aprovação no crivo da proporcionalidade e preservação do núcleo essencial.
- (C) **Incorreta.** A vedação do retrocesso abrange todos os direitos humanos, e não só os sociais.
- (D) **Incorreta.** O decreto não é condição que autorize a diminuição da proteção.
- (E) **Incorreta.** A crise, por si só, não é justificativa suficiente.

**Questão 20. Gabarito: A**

- (A) **Correta.** O STJ afastou o prazo quinquenal, pois aplicá-lo a graves violações de direitos humanos contraria os compromissos internacionais do Brasil (REsp 2.172.497-SP, Info 897).
- (B) **Incorreta.** Esse raciocínio foi usado pelo STF no caso dos filhos separados dos pais pela política contra a hanseníase, e não no dos Crimes de Maio.
- (C) **Incorreta.** A imprescritibilidade nos casos de tortura no regime militar serviu de apoio, mas não esgota a proteção.
- (D) **Incorreta.** O termo inicial na publicação da ata foi fixado pelo STF na ADPF 1.060.
- (E) **Incorreta.** O julgado não faz essa distinção entre ações coletivas e individuais.